



NOVIDADES LEGISLATIVAS



Nesta Edição:

- CAE rejeita projeto que previa proibição da comercialização de fumíferos em vários locais especificados;
- Audiência pública discute a queda na produção de veículos;
- CDU realiza debate sobre rentabilidade do FGTS;
- CCJC realiza audiência pública para discutir propostas que reduzem o limite mínimo de idade para o trabalho;
- Senado debate rotulagem de produtos transgênicos;

CAE rejeita projeto que previa proibição da comercialização de fumíferos em vários locais especificados

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado rejeitou hoje o PLS 139/12. A proposta pretendia proibir a venda de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumífero, derivado ou não do tabaco, em estabelecimento de ensino, nas dependências de serviço de saúde, em órgão ou entidade da Administração Pública, em posto de gasolina, em local de venda ou consumo de alimento, supermercado, loja de conveniência e em banca de jornal.

A posição da CNI é contrária ao projeto, haja vista que a fabricação e comercialização de fumíferos é atividade econômica legalizada no Brasil e a medida traria enormes dificuldades para o setor acabando, ainda, por estimular o mercado ilegal.

O projeto segue agora para Comissão de Justiça.

Audiência pública discute a queda na produção de veículos

Hoje, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC), analisou, sob requerimento de iniciativa do deputado Luiz Lauro Filho (PSB/SP), a queda na produção de veículos e dispensa de trabalhadores no Brasil e no estado de São Paulo, com representantes da Indústria e do Governo Federal.

Luiz Moan, Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea/Sinfavea), entende que a situação do setor automotivo é difícil e espera redução na produção de 18%, de 2015 em comparação ao ano passado.



Essa adversidade ocorre pela crise de confiança do consumidor no mercado interno e a perda de competitividade da indústria no mercado internacional. De acordo com ele, a queda generalizada na competitividade se deu principalmente pela valorização do câmbio e o aumento dos custos de produção. Contudo, mesmo diante desse cenário, as empresas têm se esforçado para manter a mão de obra, de forma que hoje, apesar da produção ter se retraído, o número de empregos é igual aquele de 2010. Dada a grande representatividade da indústria automobilística, Luiz Moan entende que é necessário esforço para que o setor volte a estimular a economia.

Para Margarete Gandini, Diretora do Departamento de Indústrias de Transportes da Secretaria de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), é preciso ver a situação da indústria automobilística além do retrato atual da produção, que é preocupante. É preciso identificar os avanços do setor como a retomada na exportação; a substituição de autopeças importadas por produto nacional e o adensamento, diversificação e consolidação da cadeia produtiva.

Ambos, Luiz Moan e Margarete Gandini, ressaltaram o direcionamento de ações conjuntas, entre o governo, empresas e trabalhadores para a recuperação da indústria de veículos. Nesse sentido, foi lançado o Plano de Proteção do Emprego (PPE), medida relevante para manter os postos de trabalho no setor automobilístico e outros setores durante o período de crise. Eles frisaram também os esforços feitos para o sucesso do Plano Nacional de Exportação (PNE), da renovação e formulação de acordos internacionais de comércio e facilitação do processo de exportação, que já começam a dar resultados. Além disso, a representante do MDIC, destacou a importância do Inovar-Auto para diversificação da base produtiva e investimento em pesquisa e desenvolvimento no país.

Ao final da reunião, os parlamentares e os convidados lembraram a importância da união para a enfrentamento da crise no setor automobilístico e na economia como um todo.

CDU realiza debate sobre rentabilidade do FGTS

A Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) realizou na manhã de hoje mesa-redonda para debater o aumento da rentabilidade das contas vinculadas dos trabalhadores depositantes do FGTS (PL4566/08 e apensados).

Convidados: representantes da Confederação Nacional da Indústria – CNI; do Movimento Nacional de Luta por Moradia; do Ministério das Cidades; do Ministério do Planejamento e Orçamento; do Ministério do Trabalho; dos Segmentos do Conselho Nacional das Cidades; da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil - CBIC; do Conselho de Arquitetos e Urbanistas do Brasil - CAU; da Associação Brasileira de COHABs - ABC; do Fórum Nacional de Secretários de Habitação - FNSH DU; da Frente Nacional de Prefeitos – FNP; da Confederação Nacional dos Municípios - CNM; da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias - ABRAIN C; da Confederação Nacional do Sistema Financeiro - CONSIF; do Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB; do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia; das Centrais Sindicais.

O Deputado Carlos Marum (PMDB/MS), Presidente da CDU, é autor do PL 2459/2015 (apensado ao PL 4566/2008), que altera as normas do FGTS para autorizar anualmente, a distribuição de resultados do FGTS mediante crédito nas contas vinculadas, de parte dos resultados auferidos pelo Fundo, da seguinte forma: 30% do resultado no exercício de 2016, 40% do resultado no exercício de 2017, e 50% do resultado nos exercícios seguintes. Defendeu a proposta sob o argumento de que o trabalhador precisa ser remunerado, porém sem desequilibrar os investimentos sociais.

Élcio Ribeiro Póvoa, representante da CNI, manifestou apoio à proposta apresentada pelo Deputado Carlos Marum no PL 2459/2015, reconhecendo ser legítimo que o trabalhador tenha maior rentabilidade, com a responsabilidade de não tirar da sociedade a grande conquista que é o Minha Casa Minha Vida. Declarou que a CNI está trabalhando a favor do projeto para que os deputados conheçam a proposta do deputado Carlos Marum, pois a distribuição da rentabilidade aos trabalhadores de forma escalonada, 30% em 2016, 40% em 2017 e 50% em 2018 e diante, traz a merecida rentabilidade ao trabalhador, com a manutenção dos investimentos sociais. Já o PL 1358/2015 (apensado), que corrige o saldo a partir de janeiro/2016 pelos índices da poupança, apesar de trazer rentabilidade, efetivamente gera prejuízos aos investimentos sociais.

A Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias - ABRAINC, por seu representante, destacou que o PL 1358/2015 (apensado) não é sustentável, pois coloca em risco a solvência do FGTS, inviabiliza a construção popular e a remuneração dos novos depósitos gera insegurança jurídica em relação às contas novas e antigas. Também destacou que o PL 2459/2015 soluciona as diversas questões.

Os demais convidados em sua maioria manifestaram contrariedade ao PL 1358/2015, pelo alto impacto nos investimentos sociais (habitação, infraestrutura e saneamento básico).

Na tarde de hoje foi aprovada a juridicidade e constitucionalidade do PL4566/08. No Plenário, o projeto também está na pauta, com urgência e poderá ser apreciado ainda nesta semana.

CCJC realiza audiência pública para discutir propostas que reduzem o limite mínimo de idade para o trabalho

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) realizou hoje Audiência Pública para discutir propostas de emenda à Constituição Federal que visam reduzir o limite mínimo de idade para o trabalho para 15 ou 14 anos, em especial a PEC 18/2011. Hoje a idade mínima para o trabalho é de 16 anos, ressalvada a condição de jovem aprendiz a partir dos 14 anos.

Estiveram presentes: Fernanda de Menezes Barbosa, Advogada da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Roberto Luis Lopes Nogueira, Advogado da Divisão Sindical da Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); Rodrigo Hugueney do Amaral Mello, Assessor Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Alberto Souza, Auditor Fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego; Rodrigo Rodrigues, Secretário-Geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Carlos Rogério Nunes, Secretário de Movimentos Sociais da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Antonio Dantas, representante da Força Sindical; Maria Helena Barbosa de Almeida Mauad, Presidente do Projeto Ampliar.



A maioria dos participantes da audiência pública estavam com o discurso uniforme no sentido de que a proposta significa um retrocesso social e ofensa à cláusula pétrea, qual seja, direitos e garantias fundamentais dos jovens, e às convenções 138 e 182 e da OIT, ratificadas pelo Brasil.

Em sentido contrário, Maria Helena Mauad, presidente do Projeto Ampliar que capacita e profissionaliza adolescente em situação de risco social, é a favor da redução da idade para o trabalho. Ela justificou que o adolescente profissionalizado com 14 anos não pode trabalhar e trabalha informalmente. Destacou que o aprendiz trabalha como adulto, mas não recebe como tal.

Fernanda Barbosa, representante da CNI, disse que os jovens de 14 a 16 anos são sujeitos de direito que merecem tratamento diferenciado e que a proteção necessária aos adolescentes não está prevista somente no artigo que se pretende alterar com as Propostas de Emenda à Constituição 18/2011, 35/2011, 274/2013, 77/2015. Esclareceu que a legislação atual já protege o trabalho do jovem aprendiz de 14 a 16 anos e o que o trabalho deve acompanhar o rendimento escolar. Ressaltou que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família.

A CNI que organiza e administra o SENAI é a favor da aprendizagem. A relevância da formação profissional está na necessidade de formação de mão de obra qualificada em consonância com a necessidade de permitir a formação educacional básica, como direito constitucional.

O deputado Dilceu Sperafico (PP/PR) e o deputado Ricardo Izar (PSD/SP) são a favor da PEC, ao contrário dos deputados João Carlos Bacelar (PTN/BA) e Alessandro Molon (PT/RJ).

A matéria encontra-se na CCJC onde aguarda votação do parecer do relator, Deputado Espiridião Amin, pela admissibilidade.

Senado debate rotulagem de produtos transgênicos

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT promoveu audiência pública para debater o PLC 34/2015, que altera as regras vigentes de rotulagem de produtos que contenham elementos transgênicos, substituindo a obrigatoriedade do uso de símbolo com a letra “T” por indicação escrita no rótulo.

Debateram o tema representantes de diversos segmentos da sociedade civil, governo e setor privado, com destaque para a participação do Presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA), Edmundo Klotz.

O ponto central da discussão foi o direito do consumidor à informação sobre a presença de conteúdo transgênico nos alimentos e se as mudanças propostas poderiam restringir seu pleno acesso à informação.

O Presidente da ABIA apresentou um vídeo que demonstra que o símbolo utilizado não contribui para fornecer uma informação clara e direta ao consumidor, já que 70% das pessoas desconhecem o seu significado. Pelo contrário, o símbolo ao invés de informar sobre o conteúdo, remete para uma mensagem de alerta e até de perigo, comum a diversos símbolos similares.



Em sua exposição defendeu que a troca do símbolo pela inscrição “(nome do produto) transgênico” dispõe a informação de forma mais clara e direta ao consumidor. Também defendeu a supressão da informação do nome da espécie doadora do gene dos rótulos, por se tratar de informação técnica irrelevante para o consumidor.

Representantes do Governo foram enfáticos na defesa da segurança do sistema brasileiro de controle, exercido pela Comissão Técnica Nacional de Biosegurança – CTNBio, e o importante papel que os transgênicos têm desempenhado para a ampliação da produtividade e para o fortalecimento da produção agrícola nacional.

Presentes os Senadores Randolfe Rodrigues (PSOL/AP), relator da matéria na CCT e Cristovam Buarque (PDT/DF) manifestaram sua preocupação com os consumidores iletrados e possíveis entraves à entrada de produtos brasileiros em países que possuem restrições à entrada de transgênicos. Este último ponto foi refutado pela representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que afastou esta hipótese pelo fato da rotulagem de produtos exportados seguir as normas internacionais.

A matéria aguarda parecer do relator, Senador Randolfe Rodrigues, na CCT, de onde seguirá para análise nas Comissões de Assuntos Sociais e de Meio Ambiente, com apreciação conclusiva nas comissões.